

**Águas de Joinville**  
Companhia de Saneamento Básico

CNPJ – 07.226.794/0001-55



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2018

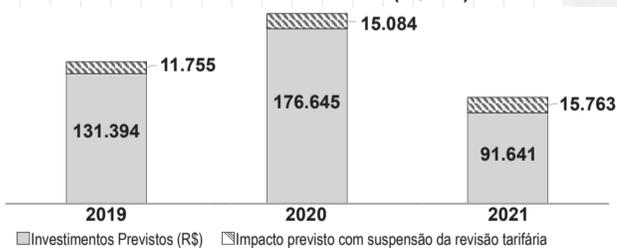
A Companhia Águas de Joinville apresenta o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, e dos Pareceres do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. Este relatório visa transparência junto à sociedade e demais partes interessadas.

**1 – VISÃO GERAL DO NEGÓCIO** • O exercício de 2018 consolida o décimo quarto ano de existência da Companhia Águas de Joinville na gestão municipal dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Pautada no desafio de organizar, estruturar e consolidar o modelo de gestão do negócio assumido integralmente em 2005, a Administração visa o cumprimento dos seus objetivos com eficiência e eficácia. Neste sentido, merecem destaque as ações e eventos ocorridos em 2018, bem como os desafios assumidos para os próximos anos;

**2 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES** • O ano de 2018 foi marcado por eventos importantes, dentre eles destacamos: a) O alto valor investido em expansão e melhorias dos sistemas de água e esgoto, resultando no montante financeiro de R\$ 52,4 milhões, cujo detalhamento segue no presente relatório. Dentre os principais investimentos estão: ampliação da capacidade de produção de água da ETA Cubatão (em andamento); Implantação de DMC- distrito de medição e controle; Substituição de redes de abastecimento de água; Ações de Controle de Perdas; Construção da nova ETE Jarivatuba (em andamento); Implantação da rede coletora de esgoto nos bairros Anita Garibaldi, Atradores, Floresta, Glória, Bacia 8.1 e 9 (Jarivatuba e João Costa), e Adequação da Estação elevatória da Rua Florianópolis. b) Os juros sobre o capital próprio, valor pago aos acionistas em decorrência da remuneração do capital aplicado na empresa, foram calculados de acordo com a legislação vigente. Tais juros são registrados como despesa financeira no resultado do exercício e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Considerando esta reclassificação, houve impacto de R\$ 26,7 milhões no resultado do exercício. c) Com o trânsito em julgado em Novembro/2017 foi acolhido pela justiça o entendimento de que a Companhia Águas de Joinville é imune ao imposto de renda, assim, o valor depositado em julho entre 2011 e 2017 foi convertido em caixa da Companhia em julho/2018. O valor do imposto pago entre 2006 e 2010, poderá ser utilizado como crédito para pagamento de futuros tributos federais devidos ao longo dos próximos anos impactando positivamente o caixa em R\$ 27 milhões, o que vai contribuir para os investimentos em longo prazo;

**3 – ESTRATÉGIAS DE LONGO PRAZO E PERSPECTIVAS** • A estratégia de longo prazo da Companhia Águas de Joinville foi delineada com base na perspectiva de recuperação da atual conjuntura econômica do país no curto e médio prazo e tem por fundamento garantir o abastecimento de água e melhorar os índices de cobertura de esgoto na cidade, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Os projetos e as obras no Sistema de Abastecimento de Água foram definidos levando em conta a continuidade das obras em andamento, as diretrizes estabelecidas no PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico, o Plano Diretor de Água, as ações e Metas estabelecidas no Plano Diretor de Redução e Combate às Perdas de Água, o atendimento da demanda e a necessidade de adequações e melhorias operacionais. A Companhia Águas de Joinville está participando do ProEESA (Projeto de Eficiência Energética em Sistemas de Abastecimento de Água). O ProEESA é uma parceria da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades com o Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha, sendo executado pela Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ). É uma rede de aprendizagem realizada mensalmente, onde as concessionárias recebem treinamento de profissionais qualificados nacionalmente e internacionalmente. Nestas reuniões as empresas são capacitadas para realizarem diagnósticos dos seus sistemas com vistas a elaboração de um plano de eficiência energética e de redução de perdas de água, uma vez que os dois temas estão interligados. Até o momento nas reuniões foram avaliados como fazer os diagnósticos e iniciados os trabalhos de treinamento de como reduzir a energia necessária para atender as populações buscando eficiência hidráulica e energética dos sistemas. O programa vai até Agosto de 2019 e culminará com a elaboração do plano de eficiência energética da CAJ e a atualização do plano de redução de perdas, ambos com a metodologia do ProEESA. Já no âmbito dos investimentos no Sistema de Esgotamento Sanitário, além da continuidade das obras e projetos em andamento, a definição dos investimentos prioritários levou em consideração a necessidade da ampliação do índice de cobertura de esgoto no município, conforme diretrizes do PMSB, o atendimento às exigências legais e ambientais e do Plano Diretor de Esgoto, finalizado no início de 2018 e que define em seu escopo os investimentos necessários à universalização do serviço no município para os próximos 30 anos. No período de 2019 a 2021 serão investidos R\$400 milhões, sendo R\$ 70 milhões com recursos a fundo perdido do Orçamento Geral da União.

Investimentos Previstos (R\$ mil)



Com a suspensão da revisão tarifária que seria aplicada a partir de 2019, o Conselho Municipal de Saneamento Básico sugeriu à Prefeitura Municipal de Joinville que fosse solicitado à Agência Reguladora a contratação de estudo para aplicação da TBO - Tarifa Básica Operacional. Paralelo a esta contratação, a Companhia vem estudando alternativas para garantir o equilíbrio econômico financeiro e dar continuidade aos investimentos, através da revisão dos custos e despesas, captação de recursos de terceiros, do andamento do projeto de eficiência energética e redução de perdas, além da revisão do cronograma de execução dos Planos Diretores de Água e de Esgoto. Além dos investimentos e estratégias previstas para os próximos anos, destacamos abaixo os resultados obtidos no decorrer do exercício de 2018.

**4 – INVESTIMENTOS REALIZADOS** • No âmbito do plano de expansão do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário foram investidos R\$ 52,4 milhões em 2018.

### 4.1 Projetos

a) Conclusão de 118 projetos executivos relativos à melhoria e expansão do sistema de abastecimento de água conforme diretrizes estabelecidas no PDA - Plano Diretor de Água; totalizando 470 km de rede;  
b) Início da revisão do projeto estrutural para adequação da ETA Pirai;  
c) Conclusão dos projetos executivos relativos à melhoria e expansão do sistema

de abastecimento de água conforme diretrizes estabelecidas no PDA - Plano Diretor de Água;

d) Conclusão do Plano Diretor de Esgoto – PDE;  
e) Conclusão do projeto de reforma e ampliação da ETE Jardim Paraíso (Bairros: Jardim Paraíso, Jardim Sofia e Vila Cubatão);  
f) Elaboração do projeto executivo da ETE Vila Nova (Bairro Vila Nova);  
g) Início da vídeo-inspeção da rede coletora do SES Jardim Sofia;  
h) Início do projeto de redimensionamento da rede coletora do SES Vila Nova;  
i) Início de projeto de melhorias e ampliação da rede coletora da Bacia 3 do SES Jarivatuba;  
j) Início dos estudos para melhorias da rede coletora do SES Adhemar Garcia;  
k) Revisão dos Projetos de Realocação de Redes de Água e Esgoto para implantação da 2ª Etapa da Obra de Macrodrenagem do Rio Mathias.

### 4.2. Obras

a) Continuidade da obra da ampliação da ETA Cubatão, que permitirá a ampliação da capacidade nominal da estação de 925 para 1.850 litros por segundo;  
b) Início da obra de redes e reforços operacionais para melhoria do sistema de abastecimento de água, no intuito de atender o que preconiza o Plano Diretor de Água (PDA);  
c) Conclusão da obra de substituição total de rede de abastecimento de água nos Distritos de Medição e Controle - DMCs Franceses e Estrada da Ilha, buscando atender às metas do Plano Diretor de Redução de Perdas de Água;  
d) Conclusão da obra de ampliação da rede coletora de esgoto da Bacia 6, nas proximidades da Rodoviária de Joinville, contribuindo para o sistema de esgotamento sanitário do Jarivatuba (bairros: Anita Garibaldi e Atradores);  
e) Conclusão da obra da 1ª etapa das Bacias 8.1 e 9 (Bairros: Guanabara, Fátima, Jarivatuba, Itaum, Petrópolis, João Costa, Parque Guarani, Boehmerwald, Itinga e Santa Catarina) com recurso a fundo perdido do Orçamento Geral da União na ordem de R\$ 12 milhões, com previsão de término para o primeiro trimestre de 2019 e valor total estimado em R\$ 13 milhões;  
f) Continuidade da obra da nova ETE Jarivatuba, com recurso a fundo perdido do Orçamento Geral da União na ordem de R\$ 49 milhões. O valor total do empreendimento está previsto em aproximadamente R\$ 85 milhões. Quando finalizada, a capacidade de tratamento da estação será triplicada, passando de 200 para 600 litros por segundo. A nova ETE, uma das mais modernas da América Latina, beneficiará uma população de cerca de 195 mil moradores da área central e da zona Sul de Joinville;  
g) Assinatura do contrato para início da obra da 2ª etapa (pacote 2A) das Bacias 8.1 e 9 (Bairros: Guanabara, Fátima, Jarivatuba, Itaum, Petrópolis, João Costa, Parque Guarani, Boehmerwald, Itinga e Santa Catarina) com recurso a fundo perdido do Orçamento Geral da União na ordem de R\$ 7 milhões;  
h) Início da obra de rede coletora de esgoto da Bacia 10 (sub-bacias 3 e 4), no bairro Boa Vista, contribuindo para o sistema de esgotamento sanitário do Jarivatuba;  
i) Início da obra de adequação da estação elevatória de esgoto da Rua Florianópolis, contribuindo para o sistema de esgotamento sanitário do Jarivatuba e visando atender o Plano Diretor de Esgoto (PDE);  
j) Continuidade da obra de ampliação da rede coletora da sub-bacia Rio Bucarein - Parcial Floresta, nas proximidades das ruas Ibirapuera, Santa Catarina, Getúlio Vargas e Piauí.

**5 – PRINCIPAIS AÇÕES E RESULTADOS OBTIDOS** • No âmbito das atividades de abastecimento de água e esgotamento sanitário, merecem destaque as seguintes ações e resultados:

#### - Água:

a) Redução de aproximadamente 5,24% nas perdas de água no comparativo com 2017. O índice de perdas de água por ligação ao dia (IPL) passou de 571 litros para 541 litros. Várias ações contribuíram para essa melhora, dentre elas, destacam-se no aspecto operacional a pesquisa de vazamentos ocultos (não visíveis) em mais de 1.500 km de rede de água, o que possibilitou a detecção e conserto de 1.297 vazamentos ocultos; entrada em operação de dois Distritos de Medição e Controle (DMCs), onde foram substituídos 35 Km de rede antiga por redes em PEAD (material de melhor qualidade, menos suscetível a vazamentos); instalação de novos macromedidores, possibilitando melhora no abastecimento da cidade e controle das perdas; melhoria nos tempos de conserto de vazamentos e na quantidade de consertos de vazamentos não visíveis executados, conforme ilustrado no quadro abaixo:

Indicador	Desempenho no comparativo com 2017	Sentido do indicador
Tempo médio de conserto de vazamento visível	Redução de 4%	↓
Quantidade de consertos de vazamentos não visíveis executados	Aumento de 19,80%	↑

O volume total de água recuperado em 2018 foi de 1,8 bilhões de litros.

b) Melhoria operacional nas Estações de Tratamento de Água, com destaque para: **ETA Pirai**: Substituição das bombas dosadoras de sulfato de alumínio antigas por bombas modernas, do tipo helicoidal, com controle de vazão de dosagem; instalação de bombas dosadoras do tipo helicoidal para dosagem de alcalinizante; instalação de pontos de telemetria para monitoramento do controle de qualidade da água tratada e controle dos insumos. **ETA Cubatão**: Instalação de bomba helicoidal para dosagem de polímero no tanque clarificador da ETL; limpeza e melhoria nas instalações do tanque clarificador da ETL; instalação de misturadores potentes nos tanques clarificador e de lodo da ETL; instalação de sensores de nível ultrassônico nas tinas de sulfato de alumínio; instalação de bomba dosadora do tipo helicoidal para dosagem de polímero no decantador da ETA; substituição de um motor da bomba de captação; aquisição e substituição dos motores dos raspadores de lodo; instalação de turbidímetro na água de descarte do clarificador da ETL; substituição na linha de dosagem de polímero do clarificador da ETL; substituição da motobomba de recalque da água decantada; aquisição e instalação de misturador lento para nova tina de alcalinizante, aquisição e substituição da válvula do sistema de batelada de sulfato de alumínio; instalação de sensores de nível para monitoramento do nível do Rio Cubatão (captação antiga) e poço de sucção.

#### - Esgoto:

a) Ampliação da cobertura municipal de esgoto para 34,10%;  
b) Término da dragagem das lagoas da ETE Jarivatuba, com obtenção dos resultados esperados;  
c) Uso contínuo de peróxido de hidrogênio, com redução do odor na região de abrangência da ETE Jarivatuba;  
d) Instalação de medidor de turbidez na saída dos reatores da ETE Espinheiros, ligado à telemetria, como garantia que todo o efluente tratado apenas seja descartado com qualidade que atenda a legislação;  
e) Aplicação de 600kg de biorremediador para remoção e controle de incrustação por gordura na rede coletora de esgoto;  
f) Realização de média mensal de 4 km de limpeza preventiva por hidrojetamento na rede coletora de esgoto da cidade;  
g) Aumento em 25% a capacidade de bombeamento da Estação Elevatória de Esgoto da rua Florianópolis;

h) Fiscalização de mais de 40 mil metros da rede coletora por meio de injeção de fumaça para identificação de possíveis irregularidades;  
i) Vedação das tampas das estações elevatórias para redução de odor;

No âmbito das atividades de gestão cadastral, medição, faturamento e cobrança, merecem destaque as seguintes ações:

a) Continuidade da política de micromedição e redução de perdas comerciais, mantendo o índice de hidromedição em 100%, ou seja, toda ligação em Joinville é hidrometrada, garantindo medição e faturamento eficientes. Em 2018 foram realizadas 20.753 substituições de hidrômetros, o que representou 13,65% do total de ligações ativas. O parque de hidrômetros fechou o ano com uma média de 2,21 anos, ou seja, com uma idade que o caracteriza como um parque renovado. Além disso, em 2018 a Companhia Águas de Joinville elevou a utilização de medidores de alta tecnologia, pertencentes a uma classe metrológica superior. Estes hidrômetros, dos tipos volumétricos e ultrassônicos, que, até então eram utilizados prioritariamente na medição do consumo de grandes consumidores, passaram também a ser utilizados em clientes residenciais. Agora, toda a nova ligação de água ou padronização de ligação é contemplada com hidrômetro volumétrico. Com essa iniciativa, a Companhia Águas de Joinville consegue reduzir ainda mais eventuais falhas de medição de água;  
b) Continuidade da instalação das caixas-padrão para todas as novas ligações de água. A Companhia Águas de Joinville fechou 2018 com um total acumulado de 73.845 caixas-padrão instaladas, o que representa 49,66% do total de ligações da cidade. Além das vantagens na maior facilidade da manutenção e leitura dos hidrômetros, o padrão tem garantido maior qualidade da água fornecida e redução nos índices de fraudes e vazamentos. Como novidade implantou-se ainda em 2018 o padrão de ligação de água diferenciado para os grandes consumidores de água do município;  
c) Continuidade do Programa de Caça-fraudes, com a equipe de fiscalização e do GICA – Grupo de Inteligência de Consumo Anormal, que tem por objetivo identificar eventuais irregularidades e, posteriormente, retirar as ligações clandestinas e *by-pass* (desvios ilegais de água) identificados. Em 2018 foram retiradas 798 ligações irregulares de água na cidade;  
d) Monitoramento Remoto de Consumo através de Telemetria nos Hidrômetros, com tecnologia por radiofrequência. Cerca de três mil clientes são acompanhados pelo sistema, possibilitando a identificação de possíveis picos de consumo, eventuais vazamentos, bem como a parada repentina de algum equipamento. Condomínios residenciais, escolas, hospitais, indústrias entre outros usuários são acompanhados por este sistema.

No âmbito das atividades de relacionamento com mercado e sociedade, merecem destaque:

a) No Segmento Social, a continuidade do Programa “Pró-Acessibilidade”, iniciativa foi premiada nacionalmente em 2014, que consiste em prestar atendimento domiciliar para pessoas com dificuldade de mobilidade, proporcionando mais comodidade e segurança aos usuários. Em 2018, 644 famílias foram atendidas em suas casas;  
b) A continuidade do Programa “Padronização Inteligente”, que orienta os clientes a padronizarem as ligações de água em ruas que receberão nova pavimentação. Em 2018 foram evitados 383 recortes nas vias da cidade;  
c) A intensificação das ações de cobrança preventiva com objetivo de evitar a interrupção do abastecimento de água por falta de pagamento. As ações denominadas internamente de “pré-corte” foram responsáveis por cerca de 160 mil contatos com clientes que tiveram a oportunidade de regularizar os débitos antes do corte;  
d) Com foco nas características individuais e na experiência dos seus clientes, em 2018 a Companhia registrou 171.764 interações em atendimentos segmentados;  
e) O novo portal de serviços (*site*), lançado no mês de junho, garante maior autonomia e comodidade aos clientes. Em 2018, foram abertas cerca de 4,7 mil ordens de serviço e mais de 8 mil clientes já se cadastraram. Dentre os serviços disponibilizados, destacam-se segunda via de fatura, comunicação de vazamento ou falta de água, religação de água, e informação sobre problemas na repavimentação. Além disso, é possível acompanhar os protocolos em andamento diretamente pelo *site*. Com um volume médio de 27.750 atendimentos por mês, o SAC da Companhia concentra-se atualmente no telefônico e presencial, com expectativa de migração gradual para o autosserviço ao longo de 2019.

VOLUME DE ATENDIMENTO - 27.750



**6 - TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA** • No âmbito das atividades de planejamento, governança corporativa e gestão da qualidade, merecem destaque as seguintes ações:

a) Continuidade na adequação à Lei das Estatais (Lei 13.303/2016), que regulamenta sobre o estatuto jurídico das empresas públicas e das sociedades de economia mista. Considerada um marco no país, a lei estabelece regras para compras, licitações e nomeações de diretores, presidentes e membros de conselho de administração. Em 2018 foram criados ou instituídos os seguintes instrumentos: Comitê de Auditoria Estatutário e seu respectivo Regimento, Comitê de Elegibilidade, Código de Conduta e Comitê de Ética, Canal de denúncias, Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios (RLC), Política de Gestão de Riscos, Política de divulgação de informações, Política de Porta Vozes, Planejamento Estratégico 2018-2022 e Política de Distribuição de Dividendos;  
b) Em 2018 foram incorporadas duas novas metodologias, o método CANVAS e a metodologia de avaliação multicritério MCDA-C. A ideia é que o processo de planejamento estratégico da organização consiga cada vez mais priorizar ações estratégicas agregadoras de valor, engajando os funcionários na realização da sua missão e contribuindo, assim, para uma sociedade mais justa e sustentável;  
c) No âmbito da gestão de riscos, as seguintes atividades foram realizadas em 2018: Criação do Comitê de Gestão de Riscos, o qual dará suporte à área de riscos da empresa; Elaboração e validação da metodologia de gestão de riscos e da respectiva matriz; Mapeamento e priorização dos riscos corporativos, os quais foram reportados à diretoria e ao Conselho de Administração. Estes riscos possibilitaram a priorização dos processos críticos da organização;  
d) Adequações às políticas e procedimentos exigidos pela nova agência reguladora da Companhia Águas de Joinville: a ARIS - Agência Reguladora

Intermunicipal de Saneamento;

e) Elaboração de TR e início da contratação de ferramenta colaborativa que auxiliará no gerenciamento dos processos estratégicos da empresa, principalmente no que diz respeito à gestão de riscos, governança, conformidade, qualidade, meio ambiente e planejamento estratégico;

f) Em 2018 intensificamos a implementação do SEI, foram instituídos 84 novos tipos processos para tramitação eletrônica, destes 30 processos foram otimizados a partir da inclusão de base de conhecimento (instrumento de gestão do conhecimento). Atualmente a Companhia Águas de Joinville possui em tramitação eletrônica via SEI 111 tipos de processos;

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e disponibilizado como *software* de governo mediante celebração de acordo de cooperação técnica. No âmbito do Município de Joinville, o SEI foi instituído como sistema oficial e único de processo eletrônico administrativo e gestão do conhecimento (Decreto nº 21.863/2014). No âmbito da Companhia Águas de Joinville, o SEI foi instruído pelo Acordo de Cooperação Técnica Nº 01/2016;

g) Renovação dos Programas de CCQ - Círculo de Controle de Qualidade, incentivando a melhoria contínua, o desenvolvimento humano, a criatividade e o trabalho em equipe. Todo o processo passou também a ser tramitado de forma eletrônica via SEI - Sistema Eletrônico de Informação. Neste ano, a Companhia Águas de Joinville foi vencedora do Prêmio Catarinense de CCQ - Etapa Regional Norte, com o projeto Faturamento de Esgoto em Fonte Alternativa de Água.

No âmbito das atividades de gestão ambiental, merecem destaque as seguintes ações:

a) Participação da Companhia Águas de Joinville como membro dos seguintes conselhos e comitês: Conselho Gestor da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha Morro do Amaral, Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA, Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas dos Rios Cubatão (Norte) e Cachoeira - CCJ, Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu, Grupo Pró-Babitonga - GPB, Núcleos de Meio Ambiente e Qualidade da ACIJ;

b) Gestão de Resíduos: inclusão da logística reversa no contrato de fornecimento de pilhas e baterias; contrato de serviços contínuo de coleta e destinação de resíduos recicláveis provenientes dos serviços comerciais, manutenção do Programa A3P do Ministério do Meio Ambiente, mantendo o compromisso em adotar ações e práticas sustentáveis;

c) Participação ativa nas ações voluntárias: Ecovoluntariado e Ecoaprendiz.

d) Reestruturação do Trabalho Técnico Social - TTS vinculado às intervenções da Companhia Águas de Joinville, alinhado à gestão de projetos;

e) Continuidade nos programas e ações de educação socioambiental: A Companhia Águas de Joinville realiza ações de educação socioambiental com o objetivo de conscientizar a população sobre as obras da Companhia para a comunidade do entorno, explicando a sua importância e seus benefícios. As principais atividades realizadas em 2018 foram: Palestras, Teatro de Bonecos, Semana da Água, Concurso Teatral, Projeto Patrulha da Água e Participação em Eventos. Em 2018, o Concurso Teatral Água para Sempre abordou o tema "O caminho da água: do rio ao rio, passando por você". No total, 33 escolas e CEIs do Município se apresentaram no palco do Teatro Juárez Machado;

f) Novas conquistas na área do Licenciamento Ambiental: Licença de instalação e autorização de corte de vegetação para adequação da ETE Espinheiros, Renovação da Licença de Operação da ETE Jardim das Flores, Licença de instalação de elevatória na Bacia 7, Outorga Preventiva para Captação da ETA Pirai Sul;

g) Conclusão da recuperação da área de preservação permanente da área da ETA Cubatão;

h) Em 2018 foi finalizada a recuperação de 5.445,96 m<sup>2</sup> de APP na ETA Cubatão, que passa contar com uma área total de 14.764,59 m<sup>2</sup> de Mata Ciliar, e 537,05 m<sup>2</sup> na Rua Cidade de Cambuquira, em área indicada pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - SAMA;

i) Inclusão dos processos de licenciamento ambiental e controle de condicionantes no SEI - Sistema Eletrônico de Informações.

Em relação ao Laboratório de Controle de Qualidade, em 2018, o LCQ participou da rodada 08/2018 do Programa de Ensaio de Proficiência SENAI-LANAE, para matriz água residual (efluente), com o objetivo de avaliar a qualidade dos ensaios realizados no LCQ para os parâmetros DQO (Demanda Química de Oxigênio), Fósforo Total e Nitrogênio Amoniacal, tendo sido considerado PROFICIENTE para a análise desses parâmetros. A participação em ensaios de proficiência permite o aprimoramento das técnicas utilizadas, garantindo a melhoria contínua nos procedimentos analíticos.

Além disso, os resultados gerados pelo LCQ passaram a ser discutidos e tratados pelo sistema de gestão integrada, contribuindo para identificação e tratamento de não conformidades.

No âmbito das atividades voltadas à valorização do colaborador e de responsabilidade social, merece destaque:

a) Aprovação do novo Plano de Cargos, Salários e Carreiras da Companhia Águas de Joinville, o qual possibilitará novamente a evolução por mérito na empresa. Nesta nova metodologia foram estabelecidos limites financeiros, com aprovação anual, visando o não comprometimento da saúde financeira da organização;

b) No âmbito do Programa de Voluntariado da Companhia, a principal ação ocorreu na Comunidade Caminho Curto - Pirabeiraba. Foram atendidas 30 crianças com idade de 0 a 12 anos. Ao longo dos 17 encontros, foram realizadas diversas atividades, como: Palestras, Dinâmicas de Grupo, Teatro, Jogos, Contação de Histórias, Pintura e Oficinas. Todas as atividades com Temas voltados a importância do tratamento Água e Esgoto, descarte correto de Resíduos e descarte correto de óleo de cozinha, conceitos de sociabilidade e familiaridade, bem como alimentação saudável.

A Companhia contou no Programa com 15 voluntários que participaram das ações na Comunidade.

#### AGRADECIMENTOS

Por fim, agradecemos a todos os nossos colaboradores por mais um ano de trabalho dedicado à empresa.

Agradecemos a confiança em nós depositada pelo poder concedente, conselheiros fiscais e de administração, prestadores de serviços, fornecedores, e principalmente, aos nossos clientes.

Joinville, SC, 21 de fevereiro de 2019.

**A ADMINISTRAÇÃO**

#### BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2018		31/12/2017		Passivo	Notas	31/12/2018		31/12/2017						
<b>Circulante</b>		<b>154.688</b>	<b>140.843</b>	<b>112.826</b>	<b>72.168</b>	<b>Circulante</b>		<b>40.248</b>	<b>62.167</b>	<b>18.283</b>	<b>16.564</b>					
Disponibilidades		112.826	72.168	Caixa e equivalentes de caixa	5	112.826	72.168	Obrigações sociais	6.451	6.065	Obrigações tributárias	2.456	2.307			
Direitos realizáveis		41.862	68.675	Contas a receber	7	38.099	30.850	Energia elétrica a pagar	1.366	1.214	Empréstimos e financiamentos	14	6.982	6.400		
Termos de compromisso OGU	8	-	34.213	Tributos a recuperar	9	11	11	Juros sobre capital próprio	17.c	2.313	1.869	Termos de compromisso OGU	8	-	25.832	
Tributos a recuperar	9	11	11	Estoques	10	3.297	3.121	Participação nos lucros		1.254	909	Outras exigibilidades		1.143	1007	
Estoques	10	3.297	3.121	Despesas do exercício seguinte		213	231	<b>Não circulante</b>		<b>127.108</b>	<b>90.477</b>	Empréstimos e financiamentos	14	88.106	85.702	
Despesas do exercício seguinte		213	231	Outros direitos realizáveis		242	249	Contingências	15	1.575	738	Tributos diferidos	16	5.423	4.037	
Outros direitos realizáveis		242	249	<b>Não circulante</b>		<b>508.711</b>	<b>472.885</b>	Termos de compromisso OGU	8	32.004	-	<b>Patrimônio líquido</b>	17	<b>496.043</b>	<b>461.084</b>	
Realizável a longo prazo		84.330	61.897	Realizável a longo prazo		84.330	61.897	Capital social	17.a	237.307	237.316	Reservas de lucro		245.608	210.640	
Aplicações financeiras	6	1.351	1.271	Aplicações financeiras	6	1.351	1.271	Ajustes de avaliação patrimonial		13.128	13.128	<b>Total do passivo</b>		<b>663.399</b>	<b>613.728</b>	
Depósitos judiciais	11	2.496	34.171	Depósitos judiciais	11	2.496	34.171	<b>Total do ativo</b>		<b>663.399</b>	<b>613.728</b>					
Contas a receber	7	232	211	Contas a receber	7	232	211									
Tributos a recuperar	9	27.115	26.244	Tributos a recuperar	9	27.115	26.244									
Termos de compromisso OGU	8	53.136	-	Termos de compromisso OGU	8	53.136	-									
Imobilizado	12	9.633	9.314	Imobilizado	12	9.633	9.314									
Intangível	13	414.748	401.674	Intangível	13	414.748	401.674									
<b>Total do ativo</b>		<b>663.399</b>	<b>613.728</b>	<b>Total do ativo</b>		<b>663.399</b>	<b>613.728</b>									

\*As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, em reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	18	226.308	239.749
Receita líquida de serviços de água e esgoto		195.405	185.636
Receita líquida de construção - CPC 47		30.903	54.113
Custos das vendas e serviços	19	(122.963)	(135.116)
Custo dos serviços prestados		(92.060)	(81.003)
Custo de construção - CPC 47		(30.903)	(54.113)
Lucro bruto		103.345	104.633
(Despesas)/receitas operacionais		(41.738)	(46.113)
Despesas gerais e administrativas	20.1	(28.623)	(29.633)
Despesas comerciais	20.2	(13.995)	(16.798)
Outras receitas operacionais		880	318
Lucro operacional antes do resultado financeiro		61.607	58.520
Despesas financeiras	21	(10.188)	(3.522)
Receitas financeiras	21	17.111	23.520
Participações nos lucros		(964)	(1.385)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		67.566	77.133
Reversão de impostos	22	-	32.717
Contribuição social sobre lucro - corrente	22	(2.274)	(3.209)
Contribuição social sobre lucro - diferida	22	(1.397)	(1.720)
Lucro líquido do exercício		63.895	104.921
Lucro líquido por ação		2,69	4,42
Quantidade de Ações		23.730.748	23.731.605

\*As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de Lucro			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva p/ Investimentos			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>237.316</b>	<b>5.930</b>	<b>122.609</b>	<b>13.128</b>	-	<b>378.983</b>
Resultado do exercício (R\$ 4,42 por ação)		-	-	-	-	104.921	104.921
Destinação proposta no exercício:							
Reserva legal		-	5.246	-	-	(5.246)	-
Reserva para investimentos		-	-	76.855	-	(76.855)	-
Juros sobre capital próprio/dividendos (R\$ 0,96 por ação)	17 b c	-	-	-	-	(22.820)	(22.820)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>237.316</b>	<b>11.176</b>	<b>199.464</b>	<b>13.128</b>	-	<b>461.084</b>
Redução de Capital	17.a	(9)	-	(5)	-	-	(14)
Dividendos adicionais do exercício anterior (R\$ 0,09 por ação)		-	-	(2.099)	-	-	(2.099)
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	(102)	-	-	(102)
Resultado do exercício (R\$ 2,69 por ação)		-	-	-	-	63.895	63.895
Destinação proposta no exercício:							
Reserva legal		-	3.195	-	-	(3.195)	-
Reserva para investimentos	17 d	-	-	25.678	-	(25.678)	-
Juros sobre capital próprio/dividendos (R\$ 1,13 por ação)	17 b c	-	-	-	-	(26.721)	(26.721)
Destinação de lucros	17 e	-	-	8.301	-	(8.301)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>237.307</b>	<b>14.371</b>	<b>231.237</b>	<b>13.128</b>	-	<b>496.043</b>

\*As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

#### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receitas</b>	<b>247.303</b>	<b>256.657</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	215.423	204.687
Provisão de crédito liquidação duvidosa	8	(2.523)
Outras receitas e despesas operacionais	969	380
Receitas de Construção - CPC 47	30.903	54.113
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>107.154</b>	<b>124.157</b>
Custos das mercadorias e serviços vendidos	2.066	2.438
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	74.185	67.606
Custos de Construção - CPC 47	30.903	54.113
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>140.149</b>	<b>132.500</b>
<b>Retenções</b>	<b>20.482</b>	<b>19.463</b>
Depreciação e amortização	20.482	19.463
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>119.667</b>	<b>113.037</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>17.111</b>	<b>23.520</b>
Receitas financeiras	17.111	23.520
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>136.778</b>	<b>136.557</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>136.778</b>	<b>136.557</b>
Pessoal e encargos	37.043	34.474
Impostos, taxas e contribuições	24.239	25.890
Reversão IRPJ - nota 22	-	(32.717)
Remuneração capitais de terceiros	11.601	3.988
Juros sobre capital próprio (dividendos)	26.721	22.820
Lucros retidos	37.174	82.101

\*As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Fluxo de caixa da atividade operacional</b>		
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>96.454</b>	<b>135.569</b>
Lucro líquido do exercício	63.895	104.921
Juros/atualização sobre empréstimos e financiamentos	7.850	8.320
Depreciações e amortizações - notas 12 e 13	20.482	19.465
Baixas de itens do permanente - notas 12 e 13	3.398	1.360
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(8)	2.523
Provisão para contingências	837	(1.020)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>111.182</b>	<b>76.956</b>
Contas a receber de clientes	(7.375)	(3.708)
Contas de estoques	(176)	85
Contas de fornecedores	1.719	6.689
Depósitos judiciais	31.675	(6.537)
Contas de obrigações sociais e tributárias	1.060	(49.668)
Participação de empregados nos lucros	345	437
Outras contas do ativo/passivo	(12.520)	(5.911)
<b>Fluxo de caixa da atividade de investimento</b>		
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>	<b>(37.273)</b>	<b>(40.174)</b>
Aplicação em imobilizado	(892)	(808)
Aplicação em intangível	(36.381)	(39.366)
<b>Fluxo de caixa da atividade de financiamento</b>		
Dividendos	(2.099)	-
Resgates de ações pagas	(11)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	7.231	3.897
Pagamento de juros e amortização de empréstimos	(12.095)	(11.501)
Juros sobre o capital próprio pagos	(26.277)	(22.891)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(33.251)</b>	<b>(30.495)</b>
<b>Aumento (diminuição) líquido das disponibilidades</b>	<b>40.658</b>	<b>6.287</b>
Disponibilidades:		
No início	72.168	65.881
No final do exercício	112.826	72.168

\*As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL** - A Companhia Águas de Joinville, empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída em 17 de novembro de 2004, autorizada pela Lei Municipal nº 5.054/2004; com a alteração da natureza de sociedade de economia mista para empresa pública em 09 de janeiro de 2018, autorizada pelo art. 91, §1º, da Lei Federal n. 13.303/2016, controlada integralmente pela Prefeitura Municipal de Joinville, que detém 100% do seu capital social, destina-se a:

- Explorar diretamente ou por intermédio de terceiros os serviços de água e esgotos sanitários;
- Realizar estudos, elaborar projetos e executar orçamentos de obras e ações necessárias para a consecução das atividades acima referidas;
- Planejar e operar os sistemas de saneamento básico no território do município de Joinville, compreendendo a captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, afastamento, tratamento e disposição final do esgoto sanitário, comercializando esses serviços e os benefícios que direta ou indiretamente decorrerem de seus empreendimentos, bem como prestar serviços correlatos com seu objeto social;
- Obter e captar recursos para investimento nas áreas comercial e operacional dos sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário na sua área de atuação;
- Colaborar e firmar acordos ou convênios de colaboração com órgãos ou entidades federais, estaduais, municipais, com entidades privadas ou públicas para a consecução de seus fins sociais, bem como celebrar ajustes ou contratos de colaboração, assistência técnica e novos negócios que visem à elaboração de estudos, à



# Águas de Joinville

## Companhia de Saneamento Básico

CNPJ – 07.226.794/0001-55



execução de planos e programas de desenvolvimento econômico e a implantação de atividades que se relacionem com os serviços pertinentes aos seus objetivos, inclusive mediante remuneração; • Prestar assistência técnica e ou administrativa, ou ainda, operar sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário em municípios cujos sistemas se encontram vinculados ou interligados ao sistema do Município de Joinville/SC, mediante a celebração de convênios específicos; • Constituir ou participar de outras Companhias, na qualidade de acionista ou quotista, de modo a atingir seus objetivos sociais; • Desenvolver isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas empreendimentos relacionados aos serviços de saneamento básico; • Promover o desenvolvimento de pesquisas, melhorias e inovações inerentes a sua área de atuação, avaliando oportunidades de comercialização de tecnologias (produtos, processos e serviços) resultantes de projetos de P&D&I e, por meio de licenciamento, transferência, cessão ou direito de uso. Em 27 de julho de 2005, a Companhia celebrou contrato de concessão de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com a Prefeitura do Município de Joinville/SC sob o número 363/2005, pelo período de 20 anos, podendo ser renovado, sendo o valor registrado no Ativo Intangível. A concessão pela Prefeitura Municipal de Joinville contempla todo o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, anteriormente administrado/investido pelo concessionário (CASAN), que demandou ação judicial sobre esses investimentos estando, portanto, *sub judice*. A Companhia iniciou suas atividades em junho de 2005 e a operação do sistema de água e esgoto em agosto de 2005. A Lei Municipal Nº 8.418/2017 autorizou o ingresso do município no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS com a qual foi celebrado contrato nº 219/2017 em 31 de julho de 2017, passando a exercer atividade administrativa de regulação e fiscalização da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Joinville. No caso de extinção da concessão, o poder concedente (Município) indenizará à Companhia os valores devidamente corrigidos dos investimentos por ela realizados no curso da concessão, vinculados aos serviços prestados, e que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados, conforme previsto no Contrato de Concessão.

**2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB bem como estão em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, alterada e atualizada com as disposições das leis nº 11.638/07 e 11.941/09. A moeda funcional da Companhia é o Real, que também é moeda de apresentação das demonstrações contábeis. As estimativas contábeis são determinadas considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a estas estimativas e premissas, incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 21 de fevereiro de 2019.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** • **3.1. Caixa e equivalentes de caixa** • Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São consideradas equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **3.2. Estoques** • Os estoques são formados por materiais de consumo e são avaliados ao custo médio de compra ou valor líquido realizável, dos dois o menor. **3.3. Imobilizado** • É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas na nota explicativa 12. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável. **3.4. Intangível** • É demonstrado pelo custo, líquido de amortização acumulada e por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo intangível e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do intangível em andamento, são apropriados ao seu custo, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira. A amortização é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, sendo às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixadas por espécie de bem, tem como base Laudo de Avaliação de Ativos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de amortização são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** • A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e quando o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** • Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstra-

ções contábeis tomadas em conjunto. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **3.7. Provisões** • **Provisões para riscos cíveis e trabalhistas** • Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda é baseada na avaliação dos advogados internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. • **Provisão para crédito de liquidação duvidosa** • Com base no relatório "histograma das pendências" é calculado o percentual de inadimplência para cada faixa de vencimento obtendo-se uma média ponderada das pendências dos últimos 36 meses. Esta média ponderada é a taxa de inadimplência a ser aplicada sobre cada faixa de vencimento do relatório "aging list" que apresenta o saldo das contas de clientes. • **Provisões para tributos** • Os ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. Os ativos e passivos tributários diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. As alíquotas e as leis tributárias usadas para calcular o montante de tributos correntes são aquelas que estão em vigor na data do balanço e para os tributos diferidos são mensuradas pelas taxas esperadas de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

**3.8. Reconhecimento de receita** • **Receita de Serviços**: as receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impontualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil. • **Receita de Construção**: de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. **3.9. Instrumentos financeiros** • **Ativos** • **Aplicações Financeiras** • A Companhia tem como prática histórica fazer aplicações de baixo risco. As aplicações são realizadas com o intuito de manter a valorização dos recursos, são detidos e gerenciados num modelo de negócios cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais (juros e principal) subsequentemente mensurados ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48. **Clientes** • As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação no reconhecimento inicial e subsequente, determinado de acordo com o CPC 47. O ativo é classificado e mensurado pelo custo amortizado pois gera fluxos de caixas que são exclusivamente para pagamento de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia fatura os serviços de água e esgoto mensalmente com prazo médio de vencimento de 30 dias. • **Outras contas a receber** • OGU (Orçamento Geral da União) - os recursos recebidos do OGU estão registrados pelo seu valor original e destinam-se a encontro de contas ao final da Obra. São créditos não negociáveis. O modelo de negócios da Companhia é manter os ativos financeiros com a finalidade de receber fluxos de caixa contratuais (juros e principal). Desta forma, o critério de mensuração dos ativos financeiros, classificados como contas a receber, adotado pela Companhia é o custo amortizado. • **Passivos** • **Fornecedores** • A Companhia não tem histórico de financiar compras com fornecedores e seus prazos médios de vencimento são de 30 dias. É mensurado inicialmente pelo valor da transação que corresponde ao seu valor justo e subsequentemente ao custo amortizado. • **Financiamentos** • A Companhia possui quatro contratos de financiamento junto a Caixa Econômica Federal (CEF) nos quais as liberações de recursos dos financiamentos são realizadas periodicamente pela CEF condicionado à efetiva execução das respectivas etapas das obras e serviços e estes devem ser atestados pela CEF. Os financiamentos são atualizados pela TR, mensalmente são calculados e pagos os juros e encargos com base nas taxas contratuais pré-definidas. Assim, os contratos de financiamento mantêm-se atualizados até a data do fechamento de cada mês. A Companhia não tem contratos de derivativos. Os passivos financeiros são mensurados inicialmente e subsequentemente ao custo amortizado. **3.10. Tributos** • **Tributos sobre o lucro** • Em novembro de 2017 a Companhia teve confirmada pelo Supremo Tribunal Federal sua imunidade tributária com relação ao imposto de renda sobre o lucro (nota 22). Os tributos sobre o lucro da Companhia restringem-se, com a decisão, à contribuição social, a qual tem alíquota de incidência de 9%. **Tributos sobre as vendas** • São formados por PIS (1,65%), COFINS (7,6%), ISS (2% a 5%). As vendas são apresentadas, nas demonstrações de resultado e líquidas dos tributos incidentes sobre faturamento. **3.11. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018** • Em 2018 entraram em vigor os seguintes pronunciamentos: • CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente: centraliza em uma única norma os critérios de mensuração e reconhecimento das receitas, estabelecendo um novo modelo que contempla cinco passos para o reconhecimento. • CPC 48 – Instrumentos Financeiros: substitui ao CPC 38 e introduz alterações na classificação de instrumentos financeiros, altera o modelo de provisões para créditos com liquidação duvidosa, em que o modelo de perda esperada substitui o modelo de perda incorrida, entre outras medidas. Foram analisados os CPC 47 e 48 e os impactos nas Demonstrações da Companhia foram os seguintes: • CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes: não houve im-

pacto nas demonstrações da Companhia, pois as Receitas já são reconhecidas de acordo com o novo CPC. • CPC 48 – Instrumentos Financeiros: com base no novo CPC, a Companhia adotou uma nova prática contábil para o cálculo das Perdas Esperadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PELCD). A Companhia reconheceu o valor de R\$112 de provisão para perdas e R\$10 de contribuição social diferida relativo a exercícios anteriores no patrimônio líquido conforme norma CPC 48 na adoção inicial. O impacto em 2018 foi de R\$275 registrado no resultado. **3.12. Novos pronunciamentos contábeis** • **Pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019** • A Companhia encontra-se em fase de análise dos impactos das alterações do pronunciamento CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A Administração, com base em análise preliminar, não tem expectativa de que haverá impacto relevante.

**4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS** • A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 3.7), provisão para processos cíveis e trabalhistas (nota 3.7) e avaliação da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis (notas 3.3 e 3.4).

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento	1.797	976
Aplicações financeiras	111.029	71.192
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>112.826</b>	<b>72.168</b>

Incluem depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez em instituições financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras são 99% de curto prazo e de alta liquidez, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's), depositados em instituições financeiras de primeira linha, com liquidez diária sem prejuízo da remuneração contratada, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Refere-se a aplicação vinculada a contratos de financiamento com a Caixa Econômica Federal (nota 14), que não são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, mas possuem prazo superior a 365 dias para resgate, desta forma classificado como não circulante. O saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$1.351 (R\$1.271 em 2017).

### 7. CONTAS A RECEBER

	31/12/2018	31/12/2017
Contas residenciais	28.544	20.767
Contas comerciais	4.002	3.701
Contas industriais	1.244	1.253
Contas públicas	2.535	4.097
Serviços a faturar	10.904	10.036
Provisão para perdas	(8.898)	(8.793)
<b>Total contas a receber</b>	<b>38.331</b>	<b>31.061</b>
<b>Circulante</b>	<b>38.099</b>	<b>30.850</b>
<b>Não circulante</b>	<b>232</b>	<b>211</b>

*Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa*

	31/12/2018	Provisão	Reversão	31/12/2017
Provisão para perdas	(8.898)	(2.151)	2.046	(8.793)

### 8. TERMO DE COMPROMISSO OGU

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Saldos ativos</b>		
Contrato OGU 351.103-58	380	380
Contrato OGU 351.167-26	1.651	1.651
Contrato OGU 408.686-24	41.208	24.053
Contrato OGU 408.687-38	9.897	8.129
<b>Total ativo termo de compromisso OGU</b>	<b>53.136</b>	<b>34.213</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>34.213</b>
<b>Não circulante (a)</b>	<b>53.136</b>	<b>-</b>

Esses valores referem-se a pagamento a fornecedores cujos contratos estão atrelados aos recursos obtidos por meio do Orçamento Geral da União.

### Saldos passivos

	31/12/2018	31/12/2017
Contrato OGU 351.103-58	380	380
Contrato OGU 351.167-26	1.651	1.629
Contrato OGU 408.686-24	21.649	16.820
Contrato OGU 408.687-38	8.324	7.003
<b>Total passivo termo de compromisso OGU</b>	<b>32.004</b>	<b>25.832</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>25.832</b>
<b>Não circulante (a)</b>	<b>32.004</b>	<b>-</b>

Esses valores referem-se a recursos para obras no Sistema de Esgotamento Sanitário, provenientes do Orçamento Geral da União, repassados pela Prefeitura de Joinville, em cujos contratos a Companhia figura como Interveniante Executor.

(a) Em 2018 os saldos foram reclassificados do Circulante para o Não circulante em decorrência da expectativa de realização e liquidação superiores ao ciclo operacional corrente.

### 9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2018	31/12/2017
CSLL a recuperar	255	242
IRPJ a recuperar – imunidade (a)	26.863	26.003
IRRF a recuperar	7	8
Outros	1	2
<b>Total tributos a recuperar</b>	<b>27.126</b>	<b>26.255</b>
<b>Circulante</b>	<b>11</b>	<b>11</b>
<b>Não circulante</b>	<b>27.115</b>	<b>26.244</b>



CNPJ - 07.226.794/0001-55



(a) **Créditos ação imunidade** - A Companhia apurou os créditos tributários de IRPJ provenientes da ação de imunidade tributária recíproca transitada em julgada em novembro de 2017 com a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Crédito tributário de IRPJ de 2006 a 2010	13.087	13.087
Crédito tributário de IRPJ retido período 2011 a 2016	482	482
Crédito tributário de IRPJ retido período 2017	36	36
Crédito tributário de IRPJ retido período 2018	1	-
Atualização monetária	13.257	12.398
<b>Total IRPJ a recuperar - crédito tributário</b>	<b>26.863</b>	<b>26.003</b>

## 10. ESTOQUES

	31/12/2018	31/12/2017
Produção	835	980
Manutenção de redes e ramais	2.165	1.930
Outros materiais consumo	297	211
<b>Total estoques</b>	<b>3.297</b>	<b>3.121</b>

## 12. ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição do saldo:

		31/12/2018	31/12/2017	
	Custo	Líquido	Líquido	Taxa anual média de depreciação
Terrenos	3.200	3.200	3.200	-
Edificações	1.892	1.724	1.742	1,67%
Máquinas e equipamentos	1.651	1.157	911	6,67%
Instalações	687	628	599	1,67%
Moveis e utensílios	1.612	697	669	8,33%
Equipamentos de informática	3.508	1.579	1.754	12,50%
Veículos	536	337	138	10%
Benfeitorias imóveis terceiros	295	258	251	1,67%
Outros	35	21	24	16,67%
Obras em andamento	32	32	26	-
<b>Total</b>	<b>13.448</b>	<b>9.633</b>	<b>9.314</b>	

b) Movimentação do custo histórico:

	31/12/2017	Adições	Transferências (a)	Baixas	31/12/2018
Terrenos	3.200	-	-	-	3.200
Edificações	1.892	-	-	-	1.892
Máquinas e equipamentos	1.323	328	-	-	1.651
Instalações	649	9	29	-	687
Moveis e utensílios	1.474	137	1	-	1.612
Equipamentos de informática	3.350	158	-	-	3.508
Veículos	322	214	-	-	536
Benfeitorias imóveis terceiros	283	3	9	-	295
Outros	35	-	-	-	35
Obras em andamento	26	43	(37)	-	32
<b>Totais</b>	<b>12.554</b>	<b>892</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>13.448</b>

c) Movimentação da depreciação acumulada:

	31/12/2017	Adições	Transferências (a)	Baixas	31/12/2018
Edificações	(150)	(18)	-	-	(168)
Máquinas e equipamentos	(412)	(81)	(1)	-	(494)
Instalações	(49)	(10)	-	-	(59)
Moveis e utensílios	(805)	(109)	(1)	-	(915)
Equipamentos de informática	(1.597)	(332)	-	-	(1.929)
Veículos	(184)	(15)	-	-	(199)
Benfeitorias imóveis terceiros	(33)	(4)	-	-	(37)
Outros	(10)	(4)	-	-	(14)
<b>Totais</b>	<b>(3.240)</b>	<b>(573)</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>(3.815)</b>

(a) *Transferência proveniente do intangível.*

Os saldos se encontram apresentados pelo seu valor recuperável, não havendo qualquer evidência de fatos que possam refletir em perdas na realização desses ativos.

## 13. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo:

		31/12/2018	31/12/2017	
	Custo	Líquido	Líquido	Taxa anual média de amortização
Terrenos	1.740	1.740	1.739	-
Edificações	1.995	1.881	1.909	1,67%
Máquinas e equipamentos	50.840	28.993	28.504	6,67%
Instalações	225.679	212.702	192.665	1,67%
Moveis e utensílios	284	103	103	8,33%
Software	8.891	2.781	3.236	12,50%
Marcas e patentes	9	9	9	-
Benfeitorias imóveis terceiros	10.584	10.216	6.207	1,67%
Outros	14	3	4	16,67%
Obras em andamento	70.779	70.779	69.383	-
Estoque para investimentos	5.714	5.714	5.963	-
Contrato de concessão	242.510	79.827	91.952	5%
<b>Total</b>	<b>619.039</b>	<b>414.748</b>	<b>401.674</b>	

b) Movimentação do custo histórico:

	31/12/2017	Adições	Transferências (a)	Baixas	31/12/2018
Terrenos	1.739	1	-	-	1.740
Edificações	1.997	-	(2)	-	1.995
Máquinas e equipamentos	47.400	4.777	91	(1.428)	50.840
Instalações	202.758	6.370	16.564	(13)	225.679
Moveis e utensílios	264	18	2	-	284
Software	8.746	145	-	-	8.891
Marcas e patentes	9	-	-	-	9
Benfeitorias imóveis terceiros	6.469	379	3.736	-	10.584
Outros	14	-	-	-	14
Obras em andamento	69.383	22.141	(20.393)	(352)	70.779
Estoque para investimentos	5.963	2.550	-	(2.799)	5.714
Contrato de concessão	242.510	-	-	-	242.510
<b>Totais</b>	<b>587.252</b>	<b>36.381</b>	<b>(2)</b>	<b>(4.592)</b>	<b>619.039</b>

## 11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2018	31/12/2017
Depósito judicial - tributos	-	31.692
Depósito judicial - trabalhista	321	302
Depósito judicial - cíveis	2.175	2.177
<b>Total depósitos judiciais</b>	<b>2.496</b>	<b>34.171</b>

O saldo representa os valores iniciais depositados acrescidos de atualização monetária, por meio dos índices utilizados pela Instituição Financeira depositária.

Movimentação:

	31/12/2018	Consti-tuição	Saque	31/12/2017
Depósito judicial - tributos (a)	-	837	(32.529)	31.692
Depósito judicial - trabalhistas	321	174	(155)	302
Depósito judicial - cíveis	2.175	173	(175)	2.177
<b>Total depósitos judiciais</b>	<b>2.496</b>	<b>1.184</b>	<b>(32.859)</b>	<b>34.171</b>

(a) Refere-se a depósitos de imposto de renda revertido à Companhia em decorrência da ação de imunidade tributária recíproca transitada em julgado no STF em novembro de 2017.

c) Movimentação da amortização acumulada:

	31/12/2017	Adições	Trans-ferên-cias (a)	Baixas	31/12/2018
Edificações	(88)	(26)	-	-	(114)
Maquinas e equipamentos	(18.896)	(4.146)	1	1.194	(21.847)
Instalações	(10.093)	(2.884)	-	-	(12.977)
Moveis e utensílios	(161)	(21)	1	-	(181)
Software	(5.510)	(600)	-	-	(6.110)
Benfeitorias imóveis terceiros	(261)	(107)	-	-	(368)
Outros	(11)	-	-	-	(11)
Contrato de concessão	(150.558)	(12.125)	-	-	(162.683)
<b>Totais</b>	<b>(185.578)</b>	<b>(19.909)</b>	<b>2</b>	<b>1.194</b>	<b>(204.291)</b>

(a) *Transferência para o imobilizado.*

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos, mais especificamente o OCPC 05, todos os bens ligados à infraestrutura, ou seja, aqueles que ao final do Contrato de Concessão devem voltar ao controle do Município, remunerados pelo seu valor residual, estão classificados e contabilizados no Intangível. A Companhia Águas de Joinville constituiu duas Comissões Internas, para analisar se os bens estão registrados pelo seu valor recuperável. A portaria nº 1349/2016 designou a Comissão que analisou a vida útil e valor residual dos bens. A portaria nº 1391/2016 designou a Comissão que realizou o cálculo do valor em uso com base no Fluxo de Caixa Futuro a qual concluiu que não há necessidade de ajuste dos ativos da Companhia, pois os mesmos estão registrados por valor inferior ao recuperável.

14. **EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS** - Os saldos de empréstimos e financiamentos estavam assim compostos:

	Encargos	Início	Venci-mento	31/12/2018	31/12/2017
Caixa Econômica Federal:					
PAC água CEF	TR+8,2%a.a.	2008	2030	16.445	17.410
PAC esgoto CEF	TR+8,2%a.a.	2008	2031	26.903	27.946
PAC esgoto CEF	TR+8,76%a.a.	2010	2033	42.587	42.444
PAC ampliação					
ETA Cubatão CEF	TR+8,3%a.a.	2013	2037	9.153	4.302
				<b>95.088</b>	<b>92.102</b>
Parcelas circulante				6.982	6.400
Parcelas não circulante				88.106	85.702

**Garantias dos financiamentos:** a) O penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária, em virtude da exploração dos serviços públicos no município de Joinville/SC. b) Como forma de constituir e operacionalizar a garantia estabelecida, além da manutenção dos recursos financeiros ainda não aplicados nos investimentos a que se destina, em conta própria, obriga-se a manter contas vinculadas intituladas, uma Arrecadadora e outra de Reserva, com saldos de 3 (três) e 1 (hum) encargo mensal nos termos pactuados, bloqueado até a liquidação final do financiamento obtido.

15. **CONTINGÊNCIAS** - A Companhia é parte em processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus advogados e assessor jurídico, entende que existem probabilidades de perdas prováveis na data-base conforme abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Contingências cíveis	601	470
Contingências trabalhistas	974	268
<b>Total contingências (risco provável)</b>	<b>1.575</b>	<b>738</b>

As movimentações para ações cíveis e trabalhistas no período foram:

	31/12/2018	Provisão	Reversão	31/12/2017
Cíveis	601	461	(330)	470
Trabalhistas	974	792	(86)	268
<b>Total</b>	<b>1.575</b>	<b>1.253</b>	<b>(416)</b>	<b>738</b>

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus advogados divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de **perda possível**. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Em 2018 a Companhia tinha o valor de R\$18.419 (R\$5.744 em 2017) em ações consideradas de perda possível, sobre as quais não foi registrada provisão:

	31/12/2018	31/12/2017
Cíveis	15.347	3.498
Trabalhistas	914	88
Ambientais	2.158	2.158
<b>Total Contingências (risco possível)</b>	<b>18.419</b>	<b>5.744</b>

As ações nas quais a Companhia é parte tem as seguintes naturezas: (i) **Cíveis:** as ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros; (ii) **Trabalhistas:** as ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por empregados e ex-empregados da Companhia, de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), e dos Sindicatos reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia se encontra envolvida são referentes à: participação em comissões internas, ações coletivas, pedidos de equiparação salarial; (iii) **Ambientais:** as ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais, principalmente por danos ao meio ambiente decorrentes de vazamento e extravasamento de redes e elevatórias de esgoto, lançamento de efluentes em desacordo



# Águas de Joinville

## Companhia de Saneamento Básico

CNPJ - 07.226.794/0001-55



com os parâmetros exigidos pela legislação.

### 16. TRIBUTOS DIFERIDOS

Contribuição social sobre lucro diferida: Registrado o crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias. Foi utilizada a alíquota de 9% para a contribuição social, uma vez que em decorrência da ação de imunidade tributária recíproca transitada em julgado em novembro de 2017 a Companhia não é tributada pelo IRPJ.

	31/12/2018		31/12/2017	
	Base	CSLL	Base	CSLL
<b>Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável:</b>				
Provisão de contingências	(1.574)	(142)	(738)	(66)
Provisões temporárias	(4.680)	(421)	(4.144)	(373)
Provisão de perdas de clientes	(2.131)	(192)	(587)	(53)
Diferença depreciação societária X fiscal	68.643	6.178	50.319	4.529
	<b>60.258</b>	<b>5.423</b>	<b>44.850</b>	<b>4.037</b>

### 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a) Capital social:** em 09 de janeiro de 2018, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração da natureza jurídica da Companhia de sociedade de economia mista para empresa pública autorizada pelo art. 91 §1º, da lei federal nº 13.303/2016 e o resgate de 857 ações de patrimônio privado no valor de R\$9. Assim, o Capital Social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$237.307, constituído integralmente pelo Município de Joinville, representado por 23.730.748 ações, sendo 23.688.784 ordinárias e 41.964 preferenciais nominativas, todas com valor nominal de R\$10,00 (dez reais).

**b) Dividendos:** de acordo com o artigo 47 do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber como dividendo obrigatório em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício após as deduções previstas para constituição de reservas estatutárias previstas no artigo 46 do Estatuto Social de acordo com os termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia serão, obrigatoriamente, imputados como pagamento do dividendo obrigatório.

	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	63.895
Reserva legal (5%)	3.195
Base para dividendos	60.700
<b>Dividendos obrigatórios (25% da base)</b>	<b>15.175</b>
Juros sobre capital próprio apropriados no exercício	(26.721)
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>-</b>

O valor dos Juros de Capital Próprio apropriados no exercício de 2018 foi superior aos dividendos obrigatórios.

**c) Juros sobre o capital próprio:** foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. No exercício de 2018, a Companhia creditou aos sócios, a título de juros sobre capital próprio, imputados aos dividendos, o montante de R\$26.721 (R\$22.820 em 2017). Foram pagos no exercício R\$26.277 (R\$22.891 em 2017), restando saldo a pagar ao acionista no valor de R\$2.313 (R\$1.868 em 2017), líquido do imposto de renda retido na fonte.

**d) Reserva para investimentos:** reserva que a Companhia destina dos lucros acumulados por meio das AGO (Assembleia Geral Ordinária) para execução do orçamento de investimentos.

**e) No exercício de 2018 o saldo das reservas de lucros excederam o capital em R\$8.301 e, em atendimento ao art. 199 da Lei 6.404/76, a Assembleia deliberará em 04/2019 sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de lucros.**

### 18. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta		
Serviços de água	177.622	168.331
Serviços de água - residenciais, comerciais e industriais	163.764	154.281
Serviços de água - órgãos públicos	8.011	7.969
Serviços de água - a faturar	634	642
Serviços de água - outros serviços	5.213	5.439
Serviços de esgoto	44.483	42.164
Serviços de esgoto - residenciais, comerciais e industriais	42.173	38.906
Serviços de esgoto - órgãos públicos	1.899	1.901
Serviços de esgoto - a faturar	234	238
Serviços de esgoto - outros serviços	177	1.119
Receitas de construção	30.903	54.113
Receitas de construção - CPC 47 (a)	30.903	54.113
<b>Receita Bruta total</b>	<b>253.008</b>	<b>264.608</b>
Tributos, cancelamentos e abatimentos		
COFINS	(16.372)	(15.556)
PIS	(3.554)	(3.377)
ISSQN	(92)	(118)
Cancelamentos	(6.255)	(5.522)
Abatimentos	(427)	(286)
Total tributos, cancelamentos e abatimentos	(26.700)	(24.859)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>226.308</b>	<b>239.749</b>

Em 11 de maio de 2018, o Decreto Municipal nº 31.590/2018 (em vigor 30 dias após sua publicação) estabeleceu o percentual de 2,76% (dois vírgula setenta e seis por cento), a título de reajuste tarifário, referente ao IPCA/IBGE acumulado de maio de 2017 a abril de 2018, para recomposição da moeda frente à perda inflacionária do período, devidamente autorizado pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos da Deliberação nº 015/2018.

(a) De acordo com o ICPC 01(R1) e CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

### 19. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DE CONSTRUÇÃO

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e ordenados	(19.012)	(17.030)
Serviços sociais	(3.100)	(2.509)
Materiais de processos	(5.623)	(5.733)
Materiais de consumo	(122)	(95)
Manutenção e conservação	(2.151)	(1.384)
Serviços e utilidades	(15.633)	(13.087)
Serviços de terceiros	(32.883)	(27.937)
Gerais e administrativas	(795)	(518)
Utilização	(19.430)	(18.418)
Créditos fiscais	6.689	5.708
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>(92.060)</b>	<b>(81.003)</b>
<b>Custo de construção - CPC 47</b>	<b>(30.903)</b>	<b>(54.113)</b>
<b>Total custos dos serviços prestados e de construção</b>	<b>(122.963)</b>	<b>(135.116)</b>

### 20. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

#### 20.1. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e ordenados	(10.505)	(9.647)
Serviços sociais	(1.562)	(1.494)
Materiais de consumo	(617)	(557)
Manutenção e conservação	(685)	(771)
Serviços e utilidades	(1.114)	(865)
Serviços de terceiros	(8.847)	(9.019)
Gerais e administrativas	(2.080)	(4.556)
Utilização	(3.281)	(2.788)
Créditos fiscais	68	64
<b>Total despesas gerais e administrativas</b>	<b>(28.623)</b>	<b>(29.633)</b>

#### 20.2. Despesas comerciais

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e ordenados	(5.458)	(6.020)
Serviços sociais	(1.132)	(1.231)
Materiais de consumo	(18)	(14)
Manutenção e conservação	(267)	(563)
Serviços e utilidades	(50)	(31)
Serviços de terceiros	(7.090)	(9.975)
Gerais e administrativas	(365)	456
Utilização	(133)	(132)
Créditos fiscais	518	712
<b>Total despesas comerciais</b>	<b>(13.995)</b>	<b>(16.798)</b>

### 21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas bancárias	(2.126)	(1.709)
Juros passivos	(7.265)	(24)
Outros	(797)	(1.789)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(10.188)</b>	<b>(3.522)</b>

	31/12/2018	31/12/2017
Rendimentos de aplicações financeiras	5.662	6.670
Juros ativos	11.225	16.698
Descontos obtidos	224	131
Outros	-	21
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>17.111</b>	<b>23.520</b>

### 22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ALÍQUOTA EFETIVA

**Reversão de impostos** - Em novembro de 2017 ocorreu o trânsito em julgado da ação de imunidade tributária recíproca movida pela Companhia, quanto ao imposto de renda pessoa jurídica, conforme RE nº 1.0103.035 no STF e, em decorrência, a Companhia reverteu os valores já recolhidos judicialmente e deixou de registrar o IRPJ corrente e diferido, no montante de R\$32.717. Em 2018 a tributação federal imposta ao lucro é composta pela Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL à alíquota de 9%.

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Demonstração da conciliação da alíquota efetiva da CSLL</b>		
Resultado antes dos tributos sobre lucro	67.566	77.133
Alíquotas vigentes	9%	9%
Expectativa de despesa de CSLL de acordo com a alíquota vigente	(6.081)	(6.942)
Juros sobre capital próprio	2.405	2.054
Licença maternidade - programa empresa cidadã	(6)	(9)
Vale cultura	(16)	(15)
Outros	28	(17)
<b>Contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>(3.671)</b>	<b>(4.929)</b>
Corrente	2.274	3.209
Diferido	1.397	1.720
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>5,43%</b>	<b>6,39%</b>

### 23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros sobre os itens componentes do ativo imobilizado/intangível sujeitos a riscos em montante que julga suficiente para cobrir eventuais sinistros. Principais seguros mantidos pela Companhia na data de encerramento do exercício social 2018:

Ramo	Cobertura por Evento	Valor Segurado
Responsabilidade civil - frota	Danos materiais, danos corporais, morte, invalidez permanente e danos morais;	6.664
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil sobre abastecimento de água e saneamento básico, poluição e danos morais;	1.200
Compreensivo empresarial	Riscos gerais sobre imobilização e estoques	15.000

### 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, tais como disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, por estarem indexados a taxas de mercado, equivalem ao seu valor justo, sendo que, a Companhia não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros não registrados em contas patrimoniais ou derivativos. A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações. Os principais ativos financeiros da Companhia referem-se (i) ao contas a receber de clientes, (ii) termos de compromisso OGU e aos (iii) adiantamentos. Já os passivos financeiros referem-se: (i) contas a pagar a fornecedores; (ii) empréstimos e financiamentos e aos (iii) termos de compromisso OGU. A Administração supervisiona a gestão dos riscos a que está exposta a Companhia.

**Gestão de risco:** a Administração da Companhia se preocupa em minimizar os riscos mediante Política de Gestão de Riscos. As aplicações e resgates de Investimentos obedecem à disponibilidade ou necessidade de Caixa, ou seja, a intenção é preservar o valor da moeda. Historicamente a Companhia não tem investido em aplicações de risco, nem tem utilizado recurso de forma a especular no mercado e nem possui operações em derivativos.

**Risco de taxa de juros:** é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia mantém um volume de empréstimos com taxas pré-fixadas sem indexador significativo atrelado.

**Risco de crédito:** risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (equivalentes de caixa, aplicações) e contas a receber (clientes). A exposição máxima equivale ao valor contábil em 31 de dezembro de 2018. Os riscos relativos aos clientes são diminuídos pela sua composição contemplar uma base pulverizada. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento. Provisão para perdas é constituída para ajustar o valor do contas a receber ao seu provável valor de realização.

**Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

### 25. RISCOS AMBIENTAIS

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. Sendo assim, a Companhia busca minimizar os riscos e impactos associados às suas atividades por meio do uso de procedimentos de trabalho e controles operacionais padronizados, da aplicação de treinamentos regulares e do investimento em equipamentos mais eficientes e menos poluentes, visando sempre uma atuação sustentável. A Administração da Companhia, tomando por base o relatório de análise crítica do SGA - Sistema de Gestão Ambiental, acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

### 26. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Contas a receber</b>		
Faturamento Água/Esgoto - PMJ	353	319
Orçamento Geral da União - PMJ	53.136	34.213
<b>Total contas a receber</b>	<b>53.489</b>	<b>34.532</b>
<b>Contas a pagar</b>		
Juros sobre capital próprio - PMJ	(2.313)	(1.869)
Orçamento Geral da União - PMJ	(32.004)	(25.832)
<b>Total contas a pagar</b>	<b>(34.317)</b>	<b>(27.701)</b>
<b>Resultado</b>		
Faturamento Água/Esgoto - PMJ	4.257	3.250
Juros sobre capital próprio - PMJ	(26.721)	(22.819)
<b>Total resultado</b>	<b>(22.464)</b>	<b>(19.569)</b>

**Fornecimento de Água e Tratamento de Esgoto** - Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresenta um saldo de faturas emitidas contra a Prefeitura de Joinville e seus órgãos subordinados, o saldo em 31 de dezembro de 2018 refere-se à competência dezembro de 2018 e tem vencimento para janeiro de 2019.

**Orçamento Geral da União - OGU** - A Companhia assinou em 20 de setembro de 2011 os Termos de Compromisso nº 0351103.58.2011 de R\$463 e o de nº 0351167.26.2011 de R\$1.715, na qualidade de interveniente executor para contratação de projetos relativos ao saneamento básico, dos quais o Município de Joinville figura como compromissário, para receber recursos da União Federal. Em 29 de agosto de 2013 a Companhia assinou os Termos de Compromisso nº 408.686-24/2013 de R\$48.568 e, em 13 de setembro de 2013, e nº



CNPJ – 07.226.794/0001-55



408.687-38/2013 de R\$72.851, ambos na qualidade de interveniente executor para contratação de projetos relativos ao saneamento básico, dos quais o Município de Joinville figura como compromissário, para receber recursos da União Federal.

**Remuneração dos Administradores** • A remuneração global anual, incluindo honorários, benefícios e encargos dos Administradores, Comitê de Auditoria Estatutária e Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2018 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 25 de abril de 2018, no montante de R\$1.750. Para a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, foi aprovada a verba mínima prevista no parágrafo 3º. do art. 162 da Lei das S/As. Para a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Co-

mitê de Auditoria Estatutária, fica aprovado o equivalente a 15% da média mensal da remuneração da Diretoria. Para o exercício de 2017 a aprovação se deu pela AGE realizada em 24 de abril de 2017, no montante de R\$1.260. Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutária, Conselho Fiscal e dos Diretores foi de R\$1.392 para o exercício de 2018 e de R\$1.125 para 2017. Sendo em 2018 R\$1.093 (R\$898 em 2017) a título de remuneração e R\$250 (R\$180 em 2017) referente a encargos. Para os Diretores foram creditados a título de remuneração variável em 2018 R\$32 (R\$46 em 2017) e, a título de benefícios R\$17 em 2018 (R\$1 em 2017).

#### DIRETORIA

**Luana Siewert Pretto**  
Diretora Presidente

**Cícero Gabriel Ferreira Filho**  
Diretor Comercial, Administrativo e Financeiro

**Luciane Herbst Valim**  
Diretora Técnica

**CONTADOR**  
**Ulisses Gomes**

CRC (SC) 015.397/O-9

**COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE**  
**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Companhia Águas de Joinville, pela totalidade de seus membros, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Contábeis e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando as informações prestadas pela Administração, e o Relatório, sem ressalvas, da TATICCA Auditores Independentes S.S, de 21 de fevereiro de 2019, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Joinville, 11 de março de 2019.

**Ketty Elizabeth Benkendorf**  
Presidente

**Adilson Bachtold**  
Conselheiro

**Verissimo da Cunha Batista**  
Conselheiro

**COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE**  
**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os membros do Conselho de Administração da Companhia de Águas de Joinville, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 da Companhia Águas de Joinville, acompanhados das respectivas Notas Explicativas, dos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes. Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos merecem aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Joinville, 14 de Março de 2019.

**Luiz Claudio Gubert**  
Presidente

**Christian Dihlmann**  
Conselheiro

**Sidney Moritz**  
Conselheiro

**André Chedid Daher**  
Conselheiro

**Valdecio de Oliveira**  
Conselheiro

**Fabio Girolla**  
Conselheiro

**Thiago Zschornack**  
Conselheiro

**COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE**  
**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos Administradores, conselheiros e acionistas da Companhia Águas de Joinville Joinville - SC**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Águas de Joinville (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Águas de Joinville em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**

(i) Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(ii) Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo (SP), 21 de fevereiro de 2019.

**TATICCA**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP-03.22.67/O-1

**ADERBAL ALFONSO HOPPE**  
Contador - CRC 1SC020036/O-8 T-SP